

O Partido da Social Democracia Brasileira: Entre a Social Democracia e o Neoliberalismo

*Soraia Marcelino Vieira**

Resumo

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiu em 1987, como uma opção de centro esquerda, contudo, no decorrer de sua história, o partido demonstra suas afinidades com a ideologia neoliberal, fato que pode ser observado tanto no posicionamento de sua bancada como nas políticas que foram implementadas nos anos em que esteve à frente do legislativo federal, ainda assim o partido não se inclinou totalmente à ideologia neoliberal e se posiciona entre o neoliberalismo e a social democracia.

Palavras-chave: social democracia – neoliberalismo – social liberalismo – PSDB.

Resumen

El Partido de la Social-Democracia Brasileña (PSDB) surgió en 1987, como una opción de centro izquierda. Sin embargo, con los años demos-

* Doutora em Ciência Política - Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP-UERJ (2012). Pesquisador de Apoio ao Ensino da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro FAPERJ, no Laboratório de Gestão e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense LGPP-UENF.

Código de referato: SP.160.XXVII.13.

STUDIA POLITICÆ



Número 27 ~ invierno 2012

Publicada por la Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales,
de la Universidad Católica de Córdoba, Córdoba, República Argentina.

tró su afinidad con la ideología neoliberal, este hecho puede ser observado al analizar el posicionamiento de su bancada y las políticas implementadas en los años en que ha estado al frente del Ejecutivo Federal. Aun así, no se ha inclinado totalmente hacia la ideología neoliberal y se posiciona entre el neoliberalismo y la socialdemocracia.

Palabras clave: socialdemocracia, neoliberalismo, social liberalismo, PSDB.

Abstract

The Brazilian Social Democratic Party (PSDB), was born in 1987 as a leftist party, nevertheless, throughout the years it showed its likeness to the neoliberal ideology, something that can be observed either if we analyze the party's position in the legislative area or the policies which were implemented when it was ahead the executive, but the party isn't only neoliberal, it's between neoliberalism and social democracy.

Key words: social democracy, neoliberalism, social liberalism, PSDB.

Introdução

ESSE trabalho tem por objetivo levantar algumas questões sobre o posicionamento ideológico do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. O partido, que de acordo com o nome, é social-democrata, apresentou uma forte afinidade com o neoliberalismo durante os anos em que esteve à frente do executivo federal sem, no entanto, se inclinar totalmente ao ideário neoliberal e sempre se afirmando como um partido de social democracia.

Nesse trabalho busca-se fazer uma análise do posicionamento do partido desde sua fundação com ênfase em seu comportamento ideológico. Para isso foram consultadas referências bibliográficas sobre o partido e sua fundação (1987-1988), assim como referências à economia brasileira e políticas sociais durante os anos em que o partido esteve à frente da coalizão que governou o Brasil (1995-2002) e o comportamento dos legisladores do partido entre 1990 e 2005.

A fim de conhecer melhor o comportamento ideológico do PSDB é apresentado um histórico do partido com ênfase nos aspectos que o aproxima da social democracia e do neoliberalismo e são analisadas algumas políticas que o identificaria com um dos dois modelos adotado durante o período em que esteve à frente do Executivo Federal.

Além desta introdução o texto conta com quatro partes: na primeira parte é apresentado o contexto internacional das décadas de 1980, quando o PSDB

nasce, e 1990, quando assume o governo. Na segunda parte é apresentado o histórico do partido com ênfase nos aspectos que o aproxima dos dois modelos. Na terceira parte políticas econômicas e sociais praticadas durante os anos em que o partido esteve à frente do Executivo Federal, são avaliadas brevemente. Nas considerações finais, o posicionamento ideológico do partido é analisado e, a partir de suas características e que propomos uma nova classificação.

Contexto em que o PSDB nasce e governa

A partir da década de 1970 o mundo assiste a uma mudança no padrão das políticas econômicas e nos programas de bem estar social. As crises econômicas que se iniciaram com a crise do petróleo de 1974 e foram agravadas com a crise de 1979 impactaram diretamente nos governos social-democratas e deram início a um processo de crise do *welfare state*, o que levou a uma alteração dos programas da social democracia européia e à retomada do debate acerca do papel do Estado.

Devido as mudanças econômicas ocorridas nas décadas finais do século XX, o foco da política social-democrata passou por profundas alterações, especialmente, nos países industrializados (Boix, 1998), que sofreram o impacto dos dois choques do petróleo, da ruptura do padrão ouro e do fim do acordo de Breton Woods. Estas transformações trouxeram uma mudança de orientação econômica dos bancos financiadores e a reorientação da agenda dos organismos multilaterais (Singer, 2001). A busca da estabilidade monetária por meio das políticas de estabilização macroeconômicas passou a ser considerada a principal política a ser adotada em alguns países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.

As políticas keynesianas não apresentavam respostas satisfatórias aos novos desafios econômicos, uma vez que a crise que se apresentara tinha uma origem diferente daquelas que tiveram lugar nos anos 1930 e no período pós-guerra, com isso a solução para esta crise exigia um novo tipo de atuação. O enfraquecimento da eficácia das políticas da social democracia ocorreu no momento em que ganhava forças o ideário neoliberal, cujo receituário inclui um programa de redução do Estado e forte ajuste ortodoxo. As políticas neoliberais se mostraram de maior viabilidade no cenário econômico no qual se encontravam os diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento especialmente após o aparente sucesso das políticas ortodoxas adotadas na Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, com Ronald Reagan.

De acordo com autores como Boix (1998) e Garret (1998), com essas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, os partidos trabalhistas, socialistas e social-democratas alteraram seu programa, muito mais que em qualquer outro período do pós-Segunda Guerra. Suas prioridades programáticas se concentraram nos esforços para promover a produtividade econômica, conservar e criar empregos, reciclar a mão de obra, implantar novas tecnologias, e formar um mercado mais competitivo. Mantiveram, contudo suas preocupações em combater a desigualdade e em promover proteção aos trabalhadores, enquanto nos países anglo-saxões, governados por partidos conservadores, flexibilizavam-se as políticas intervencionistas e eram criados mais mecanismos liberais para maximizar o crescimento econômico e proteger as liberdades individuais. Essas mudanças na economia vieram acompanhadas de uma nova atuação eleitoral, na qual os partidos da social democracia se abriram para novas coalizões (Boix, 1998).

No final da década de 1980, o neoliberalismo se tornou uma poderosa agenda política. O Estado estava desacreditado, com isso a ‘fé utópica’ nos mercados continuava sendo um fundamento para a retórica política otimista. Apesar de seus problemas, as prescrições políticas neoliberais mantiveram legitimidade e carisma, pela ausência de um sucessor intelectual capaz de constringer a teoria neo-utilitarista (Evans, 1998).

A fim de escapar da ação prejudicial do Estado, essa corrente sustentava que sua esfera de atuação deveria ser reduzida ao mínimo e sempre que possível deveria haver a substituição do controle burocrático dos governos pelos mecanismos do mercado (Evans, 1998). O paradoxo ortodoxo tornou-se difícil de ser ignorado. Medidas como a liberalização da economia, privatização e outras políticas associadas ao neoliberalismo foram implementadas e o núcleo do “time de mudanças” foi formado pelos dirigentes governamentais, que fizeram com que a mudança fosse possível.

Durante o período de mudanças econômicas não foi possível criar ou ampliar o *welfare state*, no entanto os governos social-democratas introduziram modestas reformas sociais e alguma modernização institucional. A nova política social da social democracia passou a ter como objetivo diminuir os efeitos distributivos da alocação de recursos baseada em critérios de eficiência, dentro da nova orientação da teoria neoclássica. Os governos social-democratas se incumbiram de manter um bom desempenho econômico durante a administração da esquerda sem abrir mão das políticas de bem estar social (Kitschelt, 1994).

O modelo social-democrata caracteriza-se por um sistema de proteção abrangente, de cobertura universal e da garantia dos benefícios, sem que

houvesse vínculos entre o benefício e a contribuição do beneficiário, um modelo que buscava a igualdade com os melhores padrões de qualidade, em oposição a uma igualdade das necessidades mínimas (Esping-Andersen, 1990).

Na América Latina os anos 1980 foram marcados por crises inflacionárias e de dívidas externas. Frente ao conturbado cenário econômico pelo qual atravessava a região, as agências multilaterais passaram a exigir que fossem feitos ajustes macroeconômicos ortodoxos a fim de se alcançar a estabilidade. Contudo a adoção do receituário ditado por essas agências provocou o agravamento dos problemas econômicos que a região vinha enfrentando desde o final da década de 1970. Os altos índices de inflação, instabilidade econômica, déficits nas contas públicas e dificuldades de cumprir os acordos de pagamento das dívidas externas foram se tornando insustentáveis.

A implementação de políticas ortodoxas foi incentivada pelos mecanismos internacionais, que em reunião em Washington tiraram dez pontos, tidos como consensuais, cuja implementação promoveria a estabilidade macroeconômica e o ajuste das contas públicas na região. Este encontro ficou conhecido como Consenso de Washington.¹

Nesse momento observa-se uma guinada neoliberal na região, a qual provocou uma série de alterações no papel do Estado e na economia deixando a região numa frágil situação econômica, cabe destacar que a adoção dessas políticas não se deu de maneira uniforme na região, ou seja, alguns países se inclinaram mais e outros menos, alguns países mantiveram seus graus de liberdade.

Com a implementação de políticas ortodoxas os países latino-americanos ficaram ainda mais vulneráveis aos impactos das crises externas. As crises que ocorreram no México (1995), nos Tigres Asiáticos (1997), na Rússia (1998) e na Argentina (2001), afetaram fortemente as economias latino-americanas e sinalizaram para a incapacidade de o modelo neoliberal responder de maneira satisfatória aos desafios econômicos que se

¹ Em 1989 ocorreu em Washington um encontro convocado pelo *Institute for International Economics*, da qual participaram entidades de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norteamericano. O tema desse encontro foi *Latin América Adjustment: How much has happened?* O encontro visava avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina. O resultado foi a organização de dez pontos, tidos como consensuais que seriam um receituário a ser seguido pelos países da América Latina para que alcançassem a estabilidade monetária e financeira, esse conjunto de “recomendações” ficou conhecido como *Consenso de Washington*.

apresentavam. Frente a esses fatos os mecanismos internacionais mudam seu posicionamento, e voltaram a pensar no papel do Estado (Stiglitz, 2002).

No Brasil, a grave crise fiscal, as crises da dívida e da inflação enfrentadas a partir dos anos 80 trouxeram para a pauta as discussões acerca do papel do Estado. O Estado desenvolvimentista, tido como “Estado-solução”, passou a ser visto como um problema frente aos desafios a serem enfrentados (Motta, 2000). No final dos anos 1980, a elite econômica brasileira passou a questionar e confrontar o intervencionismo do Estado, começaram surgir posições que defendiam como resposta a tais problemas a adoção do receituário proposto pelas agências multilaterais e as políticas liberais como: as reformas do aparelho do Estado, Privatizações e os controles fiscais, entre outros (Sallum Jr, 2003).

O processo de abertura da economia brasileira teve início na gestão de José Sarney, mas é quando Fernando Collor de Mello (PRN) assume a presidência do Brasil, em 1990, que é adotado um programa mais neoliberal, o qual teve continuidade no período em que Fernando Henrique Cardoso governou o país.

O PSDB surgiu nesse contexto de mudanças na economia Global, as quais restringiram as opções da social-democracia européia e provocaram alterações no padrão de resposta aos desafios econômicos globais. A crise das políticas de *welfare state* aconteceu no momento em que o ideário neoliberal ganhava força e se tornava um receituário a ser seguido. No contexto das reformas neoliberais na América Latina, o PSDB chegou à Presidência da República e é em um ambiente “neoliberal” e de fortes constrangimentos externos que inicia seu governo.

O Partido da Social Democracia Brasileira

O PSDB nasceu em 1988, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, como um partido de quadros, ou seja, de base eminentemente parlamentar, como a maioria dos partidos brasileiros, formado por dissidentes de seis partidos – PMDB, PSB, PFL, PTB, PC do B e PSC (Furtado, 1996).

Embora tenha Social Democracia no nome, o processo de formação do PSDB é diferente do processo de formação dos partidos social-democratas europeus, que se originaram a partir de base popular e com apoio dos sindicatos (Przewoski, 1985), ainda assim, de acordo com seus fundadores, o PSDB surgiu como uma alternativa social-democrata aos partidos que

estavam presentes na cena política brasileira. Roma (2002) considera que existem dois consensos na literatura que estuda o PSDB:

O primeiro é de que a criação do PSDB ocorreu por motivos ideológicos, devido às divergências de alguns parlamentares em relação à Aliança que o PMDB cultivava com a direita —o PFL— e em relação ao casuísmo da prorrogação do mandato presidencial para cinco anos, cujo beneficiário imediato seria o então presidente Sarney. O segundo é de que a aliança que o PSDB selou com o PFL, a partir da eleição de 1994, foi uma ação essencialmente pragmática, o que teria descaracterizado sua orientação ideológica.

Outro fator que pode ter influenciado a saída do grupo de políticos do PMDB é o predomínio exercido pelo grupo quercista em São Paulo —grupo que disputava posições de poder dentro do partido— e que, ao ascender à coordenação, venceu influentes políticos e os deixou sem espaço. O fato de ter sua participação limitada despertou o descontentamento de um grupo de importantes políticos do PMDB (Roma, 2002), os quais se uniram aos dissidentes de outros partidos e formaram o PSDB.

Para o grupo que formou o PSDB a social democracia, especialmente a europeia, contribuía para a adoção de uma linha programática. “(os fundadores) Afirmavam que a inteligência do novo partido era basicamente social-democrata ao estilo europeu” (Marques e Fleischer, 1999). No início o partido aglutinou, em sua bancada parlamentar, considerável presença de intelectuais e, de acordo com Marques e Fleischer, uma boa participação de militantes de movimentos sociais. O que faltou para que fosse realmente identificado como um partido social-democrata foi a presença do movimento sindical.

Apesar dessa auto-proclamação social-democrata, em documentos publicados no período de sua fundação —Manifesto, Estatuto e Programa (1988), Programa de Fundação (1988) e Os desafios do Brasil e o PSDB (1989)—, é possível observar tanto tendências social-democratas como neoliberais. Os documentos apresentam propostas e formulações claramente social-democratas (Furtado, 1996), em alguns trechos, e sua inclinação neoliberal em outros. Dentre as propostas destaca-se a de que o PSDB busca se situar a meio caminho entre um “Estado forte e autoritário” e o “automatismo do mercado”. O partido é favorável à redução do Estado em alguns setores e ao Estado Regulador onde for necessário, ou seja, um sistema onde a ação estatal e a propriedade privada convivem mutuamente, uma formulação que se localiza entre o neoliberalismo e a social-democracia. No documento “Os desafios do Brasil e o PSDB”, o partido aponta os compromissos da social democracia brasileira:

...[a social democracia brasileira] não pode contentar-se, como ocorreu na Europa, em justapor política fiscal e políticas sociais ao livre jogo do mercado. Ela tem que representar um forte movimento contra a desigualdade produzida pelo desemprego, pelo subemprego, pela disparidade salarial e pela concentração de renda e da propriedade (...) [Ela] é “desenvolvimentista”, porque sabe que só com o crescimento econômico, incorporação do avanço tecnológico à produção e à organização da sociedade haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem-estar e maior segurança para o cidadão. (...) *Democracia e desenvolvimento econômico com justiça social constituem dimensões inseparáveis da nova sociedade. O avanço dessas dimensões em detrimento ou como esquecimento das outras não satisfaz a exigência fundamental do mundo contemporâneo* (Os desafios do Brasil e o PSDB, 1989: 8-9, grifos do documento, apud Furtado: 1996).

Outro momento em que é possível observar a aproximação do partido com as idéias neoliberais é na campanha eleitoral 1989, com o discurso de Mário Covas, ao deixar o senado para concorrer à eleição presidencial, pelo PSDB. Nesse momento o candidato prega que o Brasil precisava de um choque de capitalismo, proposta que foi defendida durante todo período eleitoral e adotada por Fernando Collor de Mello.

Hoje, com a aceleração das transformações tecnológicas, geopolíticas e culturais que o mundo está atravessando, a opção é manter-se na vanguarda ou na retaguarda das transformações. É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil. Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidades comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. *Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios* (Grifos nossos) (Ayres, 2002:219).

O posicionamento ideológico do partido é uma das questões que tem sido discutida por seus membros desde sua formação. De acordo com Furtado (1996), as divisões ideológicas dentro do partido, no momento de sua formação, foram classificadas em: social-democratas (tendência majoritária representada principalmente por Fernando Henrique Cardoso, Mario Covas, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Artur da Távola), liberais “progressistas” (tendência mais conservadora, representada por Afonso Arinos, Jaime Santana, Caio Pompeu de Toledo, Ronaldo Cezar Coelho), socialistas democráticos (tendência mais a esquerda, formada sobretudo

por membros do antigo MUP²) e democratas-cristãos (menor tendência representada por Montoro e José Richa). Como é possível observar, já na origem o PSDB apresentava uma diversidade de tendências ideológicas.

Um dos problemas enfrentados pelos fundadores do PSDB foi decidir sobre a amplitude do espectro ideológico do partido, de modo a compatibilizar um perfil definido de centro-esquerda com a indispensável viabilidade político eleitoral (Kinzo, 1993).

Em votação na Assembléia de fundação, foi eleito o nome do novo partido: Partido da Social Democracia Brasileira. No entanto os fundadores do partido não fecharam seu projeto como uma proposta social-democrata, pelo contrário, afirmaram que “o novo partido teria espaço para um arco ideológico e doutrinário composto de quatro correntes políticas: os liberais progressistas, os democratas cristãos, os social-democratas e os socialistas democráticos” (Christiano, 2003).

Frente a diversidade de tendências ideológicas encontradas no PSDB, Sallum Jr (1999, 2003) identifica basicamente duas correntes no interior do partido: uma que ele chama liberal-fundamentalista, mais voltada à idéias liberais e a outra liberal-desenvolvimentista³, defensora da intervenção estatal e das políticas de bem estar social.

De acordo com análises sobre polarização ideológica no Brasil contemporâneo, há um consenso de que o PSDB nasceu no centro-esquerda (Kinzo, 1993) e se deslocou para o centro-direita durante os anos em que esteve à frente do executivo federal (Santos, 2008; Power e Zucco, 2009).

Na escala de “Conservadorismo” e “Democratismo” elaborada por Maria D’Alva Kinzo e apresentada em um trabalho elaborado em 1989, sobre o posicionamento dos legisladores na Assembleia Nacional Constituinte (Marques e Fleischer, 1999), o PSDB aparece em uma posição um pouco mais progressista que o PMDB, próximo aos partidos de esquerda (PT, PSB, PCB, PC do B e PDT).

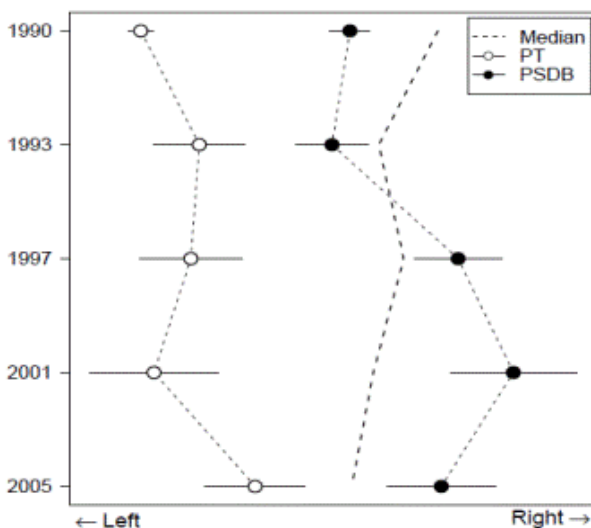
Consultando o trabalho de Power e Zucco (2009) constatamos que o partido se manteve no centro esquerda antes de assumir a Presidência da

² O MUP - Movimento da Unidade Progressista. Um grupo de aproximadamente 20 parlamentares, criado no PMDB. Foi responsável pela radicalização de algumas discussões internas ao partido entre as quais é possível citar o debate sobre participar ou não da campanha de Lula, em 1989 (Furtado, 1996: 100).

³ Termo utilizado por Sallum Jr. para classificar todos os membros do partido que não faziam parte do núcleo liberal. Nesse grupo haviam aqueles que eram realmente desenvolvimentistas e outros elementos que apenas não se encaixavam no outro grupo.

República, foi para direita nos anos em que esteve à frente do Executivo Federal e tentou uma inflexão na campanha eleitoral de 2002. Contudo, mesmo após deixar a presidência e apresentar um discurso mais desenvolvimentista, o partido continua à direita do mediano do congresso, como podemos ver na figura a seguir,

Figura1: Tendências temporais:
Posição do Legislador Mediano dos Partidos Seleccionados



Power e Zucco, 2009: 12. Figura 1.

Nota: A figura mostra o legislador mediano para cada ano em relação as estimativas dos partidos (Pj) para o PT e o PSDB. As linhas horizontais sobre o ponto das estimativas representam um intervalo de confiança de 90 %.

Como é possível observar, o partido nasceu no centro-esquerda, contudo, a partir de 1993 e principalmente com campanha presidencial de 1994 vai se deslocando em direção à direita. Em junho de 1993, o então presidente da República Itamar Franco convidou o peessedebista Fernando Henrique Cardoso para ocupar o ministério da Fazenda. Após um longo período de fracassos e frustrações com planos econômicos o Plano Real⁴, organizado

⁴ O Plano Real foi dividido em três fases : I- entre dezembro de 1993 e fevereiro de 1994- ajuste fiscal. II- de março a junho de 1994, neutralização da inflação utilizando um índice, a URV. III- reforma monetária no dia 1º de julho.

pelo ministro e por uma equipe de economistas neo-estruturalistas ou inercialistas, conseguiu controlar a inflação que vinha apresentando índices astronômicos desde o início da década de 1980.

O controle da inflação proporcionou uma valorização da renda real que produziu a sensação de crescimento logo no primeiro ano do Plano. De acordo com Nassif (2002) “Houve, de fato, a inclusão de novas massas consumidoras. Mas o cambio valorizado aumentou artificialmente a renda real. A abertura indiscriminada da economia barateou os produtos de consumo, aquecendo fortemente a economia”.

O sucesso do Plano Real elaborado pela equipe econômica que tinha à frente o tucano Fernando Henrique Cardoso, o credenciou para se candidatar à Presidência da República e a aceitação por parte da população garantiu sua vitória ainda no primeiro turno. Para essa eleição o PSDB fez uma aliança eleitoral de centro direita com o Partido da Frente Liberal —PFL e com o Partido Trabalhista Brasileiro— PTB essa coalizão torna mais clara a inclinação do partido à direita. O partido que se localizava no centro-esquerda busca aliados na direita, para concorrer à presidência.

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), é demonstrada mais claramente a guinada à direita, foi dada continuidade à implementação do processo de liberalização da economia brasileira, iniciado no governo Sarney, e ao processo de reformas liberalizantes, que havia começado no governo de Fernando Collor de Mello, por meio da desregulamentação do mercado e da privatização das empresas estatais. Contudo o partido não aderiu totalmente ao neoliberalismo. As privatizações tiveram alcance relativamente limitado e o governo manteve a meta de garantir os direitos sociais, combater a pobreza e proteger os grupos vulneráveis (Draibe, 2003).

Política Econômica e Política Social

Fernando Henrique assumiu a Presidência da República no contexto do que Bresser Pereira (2003) chama de segundo Consenso de Washington, o qual pregava que ao contrário do que ocorreu na década de 1970 quando se defendia um desenvolvimento com ‘dívida externa’, passou a se pregar um desenvolvimento com ‘poupança externa’, contudo, “Para obter essa poupança era necessário completar as reformas orientadas para o mercado com a abertura financeira”. Todavia os países que seguiram a risca essas orientações enfrentaram graves crises de balanço de pagamentos, o caso limite foi o da Argentina.

De acordo com Sallum Jr.(2003), é possível observar dois ordenamentos distintos nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso: no primeiro mandato houve a primazia da corrente “liberal-fundamentalista” e no segundo mandato a primazia foi da corrente “liberal-desenvolvimentista”.

A corrente liberal-fundamentalista era orientada basicamente para a estabilização monetária e comprometida com a promoção de uma economia de livre mercado. Nesse primeiro momento, o governo se concentrou em desmontar o “Estado Varguista” a fim de construir uma nova forma de regulamentar o mercado. Esse movimento era caracterizado pela transferência de parte significativa das funções empresariais do Estado para a iniciativa privada, expansão das funções reguladoras do Estado e políticas sociais, equilíbrio das finanças públicas e restrição dos privilégios dos servidores públicos (Sallum Jr. 2003). Especialmente no primeiro mandato do peessedebista foram tomadas várias medidas de cunho neoliberal - tais como fim da discriminação constitucional em relação às empresas de capital estrangeiro; transferência para a União do monopólio da exploração e refino do petróleo ⁵; concessão do direito de exploração dos sistemas de telecomunicações a empresas privadas, entre outras medidas (Rocha, 2005).

Duas agendas principais marcaram o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso: a estabilização monetária e as reformas constitucionais, as outras medidas importantes do Executivo, como as privatizações, a reforma do sistema financeiro e o acordo da dívida dos estados, estavam ligadas a essas agendas (Couto e Abrucio, 2003).

A estabilização monetária era uma meta que estava na agenda nacional desde os anos 1980, quando foram lançados quatro grandes planos de estabilização ⁶ que sucumbiram. O Plano Real conseguiu controlar a inflação crônica que persistia no país desde os anos 1980. O sucesso deste plano econômico no que tange à sua meta antiinflacionária mostrou seus resultados ainda em 1994, no segundo semestre.

A coalizão governamental contava com os partidos que participaram da coalizão eleitoral (PSDB, PFL e PTB) e agregou mais dois partidos: o PMDB e o PPB. Assim, com uma coalizão governamental que garantia o

⁵ “a exploração, o refino e o transporte de petróleo e gás, monopolizados pela companhia estatal de petróleo (Petrobras), foram transferidos para a União e convertidos em concessão do Estado às empresas, principalmente a estatal, que manteve grandes vantagens em relação a outras concessionárias privadas” (SALLUM Jr., 2003: 46).

⁶ Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990).

apoio da maioria na Câmara e no Senado, o governo tinha segurança para propor as emendas constitucionais que visavam implementar as reformas. De acordo com Couto e Abrucio (2003) seis emendas foram propostas no primeiro ano do governo, dentre as quais as cinco primeiras referiam-se à desregulamentação dos mercados, à desestatização e à abertura econômica. Foram dezesseis emendas durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, dentre as quais quatorze estavam de alguma maneira relacionadas à viabilização da agenda de reformas do governo, dessas, apenas duas se inscreviam na condição de princípio constitucional, tratando de questões relacionadas a organização política do Estado: uma que regulamenta a criação de novos municípios e a outra que permite reeleição consecutiva para os chefes do Executivo nos três níveis da federação.

Fora isso, todas as demais são de alguma maneira relacionadas à viabilização da agenda de reformas do governo, seja no campo econômico em sua relação direta com o mercado (desregulamentação, abertura a capitais forâneos), seja na política fiscal (CPMF, FEF, Previdência), seja ainda, em áreas relacionadas à administração ou outras políticas sociais (Fundef, Previdência, reforma administrativa) (Couto e Abrucio, 2003).

No Brasil, a estabilização proporcionada pelo Plano Real promoveu crescimento do consumo no primeiro momento, mas em seguida com o aumento dos juros houve um grande número de falências no setor privado e um aumento estrondoso da receita e das despesas no setor público. O primeiro efeito foi o aumento dos passivos públicos e o segundo foi o crescimento das dívidas públicas em todos os níveis (Sallum Jr., 1999). Sallum Jr. (1999) considera que o objetivo central do governo FHC, pelo menos de 1995-1998, era preservar a estabilidade monetária e mudar o padrão de desenvolvimento brasileiro, “o cerne do programa do novo governo consistia em um conjunto de projetos destinados a reformar parte da constituição e alterar leis infra-constitucionais que materializavam institucionalmente o remanescente do varguismo”.

Em um primeiro momento, a abertura comercial impactou diretamente na produção industrial e na diversificação de produtos encontrados no país. Com esse processo aumentou a qualidade e quantidade de produtos ao mesmo tempo em que o preço destes baixaram tornando-os mais acessíveis ao consumidor. Devido ao aumento da concorrência as empresas mais competitivas se modernizaram e tornaram-se internacionalmente competitivas, outras, no entanto, não conseguiram se adaptar ou não tiveram capital para se modernizar o que as levou a fechar as portas e demitir trabalhadores. O que elevou o número de trabalhadores desempregados.

No governo Fernando Henrique Cardoso, o desemprego bateu um recorde histórico. O processo de modernização pelo qual passaram as empresas levou-as a mudar seu padrão de produção, o emprego de novas tecnologias extinguiu postos de trabalho. A ausência de um programa de treinamento e qualificação profissional abrangente inviabilizou a reinserção de muitos dos trabalhadores desempregados, o que fez com que os índices de desemprego disparassem. A mão de obra com carteira assinada representava 58,9 % do total de pessoas empregadas em 1989, em 1999 menos de 45 % da população em idade ativa possuía carteira assinada (Oliveira, 2002).

No que tange às privatizações, estas impactaram fiscalmente por meio de três ganhos, de acordo com Nassif (2002): a arrecadação proporcional com a venda de empresas estatais e de concessões; por estancar as exigências de recursos orçamentários para bancar os rombos das estatais e o aumento significativo de impostos recolhidos pelas empresas.

Tabela 1 - Arrecadação com privatização total (1991-2001)
(US\$ milhões)

Programa	Receita de venda	Dividas transferidas	Resultado total
Privatizações Federais	52.296,2	11.326,4	68.662,6
Telecomunicações	28.793,0	2.125,0	30.918,0
Privatizações estaduais	28.503,2	9.201,4	37.704,6
Total	85.245,0	18.075,6	103.321,6

Fonte: BNDES (atualizado em 4/12/2001) Apud Nassif, 2002

Por um lado o processo de privatizações encheu os cofres do governo, porém por outro parte significativa do dinheiro arrecadado foi investido no pagamento dos juros da dívida externa brasileira, ou seja, não foi revestido em investimentos no país, nem tampouco aplicado em programas sociais.

Após a reeleição do presidente, em 1998, houve uma mudança no núcleo hegemônico do governo, que provocou uma inclinação em direção ao pólo “liberal-desenvolvimentista”. A mudança na orientação dos mecanismos internacionais (em meados da década de 1990) e os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil em 1998, que se manifestaram mais fortemente em 1999, colaboraram para essa mudança. Essa alteração fez com que fosse

reduzida a ênfase no projeto neoliberal, contudo alguns membros da corrente “liberal fundamentalista” permaneceram em postos estratégicos no governo, tal como Pedro Malan. Essa inclinação ao pólo desenvolvimentista trouxe, novamente, para a pauta a discussão acerca do papel do Estado e das políticas de desenvolvimento. Todavia, a tentativa de retomar o projeto de desenvolvimento não foi bem sucedida, o programa esbarrou em constrangimentos externos (crises econômicas), foi limitado por problemas estruturais (crise do ‘apagão’) e pela ruptura na coalizão governamental.

O segundo governo do PSDB começou com a desvalorização cambial resultado do *default* que se encontrava no país desde 1998. Apesar do empréstimo conseguido por Fernando Henrique Cardoso junto ao FMI, em outubro de 1998, um montante de U\$ 40 bilhões de dólares, o valor do real não se manteve e foi adotada uma mudança substancial na política econômica: o cambio flutuante. Nesse momento houve uma desvalorização significativa do real em relação ao dólar, cerca de 50 %.

A crise cambial associada ao episódio do escândalo das fitas do BNDES⁷ e a morte de um dos principais membros da corrente “liberal-desenvolvimentista” do PSDB, Sérgio Mota, enfraqueceu o projeto de mudança no modelo econômico e provocou conflitos no interior da coalizão governamental.

Couto e Abrucio (2003) argumentam que três foram os fatores que prejudicaram os planos de Fernando Henrique Cardoso de obter melhor desempenho econômico e controlar o processo sucessório de 2002. São eles: 1) a crise da energia elétrica, de 2001, que foi resultado do modelo de regulação adotado no primeiro mandato; 2) a incapacidade de reformar o modelo econômico a fim de diminuir a vulnerabilidade externa e gerar maior crescimento; e 3) o enfraquecimento das bases políticas do governo. As disputas entre Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA) e Jader Barbalho (PMDB/PA) enfraqueceram a coalizão governamental. A disputa entre os dois políticos da base governista levou a renúncia de Antonio Carlos Magalhães⁸, o que minou profundamente a aliança do PSDB com o PFL, e, terminou com a saída deste da coalizão. No final do segundo ano o PTB também rompeu com o governo.

⁷ Gravações de conversas telefônicas envolviam o Ministro das Comunicações e outras figuras importantes do ministério cotadas para assumir a pasta de um novo ministério que seria criado para coordenar diversas políticas relacionadas ao desenvolvimento e políticas públicas, desagregadas até então em diversas pastas, o Ministério da Produção.

⁸ A disputa dos dois políticos ganhou contornos de disputa pessoal e culminou na denúncia do escândalo da fraude do painel eletrônico do Senado.

Bresser-Pereira (2003) defende que os maus resultados econômicos apresentados pelo Brasil durante a década de 1990 (demonstrado pela baixa taxa de crescimento, aumento das dívidas pública e externa, altos níveis de desemprego e a nova crise na balança de pagamentos) ocorreram por três fatores:

1) equívoco em relação à definição do problema maior a ser enfrentado pelo governo a partir de 1995; 2) o segundo Consenso de Washington, de acordo com o qual deveríamos nos desenvolver com apoio na poupança externa e 3) a falta de consciência nacional de nossas elites, que ao invés de aumentar seu grau de autonomia com a industrialização, diminuíram-no ao buscar produzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos e particularmente dos Estados Unidos.

Visto na perspectiva econômica e de gerenciamento do Estado o governo do PSDB pode ser considerado um governo neoliberal, contudo se observarmos o desempenho do governo no que tange à questão social encontramos uma inclinação social-democrata.

Apesar dos elevados índices de desemprego e da manutenção da desigualdade social, durante o governo Fernando Henrique Cardoso houve avanços significativos no que tange ao sistema de proteção social. Draibe (2003) argumenta que sob o governo Fernando Henrique Cardoso a questão da reforma social voltou à ordem do dia. As discussões a cerca do sistema de proteção social culminou em um novo ciclo de mudanças, que veio alterar o perfil do sistema brasileiro de proteção social. No primeiro ciclo a agenda política era a democratização, esse ciclo foi processado na primeira fase da Nova República, e simbolicamente encerrado com a promulgação da Constituição de 1988. Nesse momento houve o avanço no campo das políticas sociais. O modelo proposto na constituição era universalista e redistributivo. O segundo ciclo, sob o governo do PSDB, “apresenta algumas continuidades do primeiro ciclo, contra-reformas e reformas das reformas, entre outros” (Draibe, 2003).

No governo Fernando Henrique foram realizadas reformas radicais, mas reformas parciais foram introduzidas nas áreas do ensino infantil e fundamental, na previdência social e na saúde, inseriu-se, ainda, reformas no ensino médio, nos programas de inserção produtiva e nos programas de combate à pobreza. Amélia Cohn argumenta que a dificuldade de se implantar uma mudança radical no que tange às reformas sociais esta associada à trajetória histórica desse tipo de programa no Brasil (Cohn, 1999).

O quadro abaixo assinala os dois ciclos de reformas no sistema de proteção social.

QUADRO 1

Brasil: Reforma do Sistema de Proteção Social segundo os ciclos (1985-2002)

Áreas de Políticas	1º Ciclo de Reformas	2º Ciclo de Reformas	
		1985-1988	1995-1998
Educação			
Ensino Infantil	–	–	Introduzida
Ensino Fundamental	–	Reforma parcial	–
Ensino Médio	–	Introduzida	–
Ensino Superior	–	–	–
POLÍTICA DE SAÚDE	Reformada	Implementada	Reforma parcial
PREVIDENCIA SOCIAL	Reforma parcial	Reforma parcial	–
Emprego e Proteção do Desemprego			
Seguro-desemprego	Introduzida	Ampliada	–
Programas de Inserção Produtiva	–	Introduzida	–
PROTEÇÃO À POBREZA			
Assistência Social	Reformada	Implementada	–
Programas de Combate à Pobreza	–	Introduzida	–
Rede de Proteção (transferências monetárias)	–	–	Introduzida

Fonte: Draibe (2003).

No programa *Uma estratégia de desenvolvimento social*, apresentado em 1996, existe a proposta de garantir o direito social, promover a igualdade de oportunidades e proteger os grupos vulneráveis. No programa consta a seguinte afirmação: “A inspiração é social-democrata e o horizonte, mais que o Estado, é o de uma sociedade de bem estar, para a qual se pretende caminhar, plano onde se articulariam os objetivos de política social e da consolidação democrática” (cf. Brasil, Presidência da República, 1996).

O núcleo da política social, apresentado no documento, é constituído de três conjuntos de programas: os serviços sociais básicos de vocação universal e de responsabilidade pública; os programas básicos e o programa de enfrentamento da pobreza. Essas metas orientaram a ação social do governo Fernando Henrique Cardoso no primeiro mandato, e tiveram continuidade no segundo.

No programa de governo para o segundo mandato, *Avança Brasil*, (PSDB, 1998), é seguida a mesma linha da Estratégia de 1996 no que tange à política social. Draibe (2003) assinala apenas algumas diferenças entre as propostas de 1996 e 1998, a maior delas pode ser observada no que tange à política de enfrentamento à pobreza, nas palavras da autora

...a ênfase posta agora nos programas de transferência direta de renda para famílias pobres, a ser integrado por vários programas já existentes, que deveriam, ademais, passar por um processo de aperfeiçoamento, universalizando a cobertura a todos os que a eles têm direito, garantindo a saúde financeira de suas fontes e desenvolvendo mecanismos de supervisão e controle. (grifos do texto).

De um modo geral, apesar de não ter sido introduzida nenhuma revolução no que tange à política social durante o governo Fernando Henrique Cardoso, houve um importante avanço no sentido de consolidação das políticas sociais previstas na constituição de 1988, e na inserção de mecanismos de distribuição de renda, os quais foram aprimorados durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Durante os anos em que o PSDB esteve à frente do Executivo Federal não foi solucionado o problema da alta concentração de renda, contudo, de acordo com Bresser Pereira, até aquele governo os pobres ainda não haviam contado com uma cobertura social tão ampla. O governo não obteve êxito no que tange à redução do desemprego, ou das desigualdades sociais, nem na promoção do crescimento, nos oito anos a taxa média de crescimento do PIB foi de apenas 2,1% ao ano, o que representa um

crescimento da renda por habitante em torno de 1% ao ano. Apesar desse desempenho pífio o governo apresentou avanços na área social, como foi apresentado.

Considerações finais: PSDB, Neoliberal ou Social-democrata?

No decorrer do texto buscou-se apresentar algumas características do PSDB e das políticas que implementou durante seu governo a fim de compreender seu posicionamento ideológico.

O PSDB nasceu no campo da esquerda, contudo, foi se afastando dessa posição. O crescimento e consolidação do PT na esquerda, as decisões tomadas pelo PSDB, e as principalmente a partir do momento em que esteve à frente do executivo federal, e as alianças que firmou levaram-no a se aproximar da direita. Durante os anos em que esteve na presidência o PSDB promoveu a estabilidade econômica do país e passou a ser defensor de políticas de ajuste neoliberal, mas sem se inclinar totalmente ao neoliberalismo.

Enquanto o PSDB se aproximava da direita o PT firmou sua posição como principal partido opositor e maior partido da esquerda brasileira. O partido termina o governo, em 2002, no contexto da ascensão das esquerdas na América Latina. Após a onda neoliberal que chegou ao continente nos anos 1990 e dos resultados econômicos pífios, quando não perversos, o início do século XXI é marcado por uma guinada do pendulo em direção à esquerda, uma série de candidatos de esquerda são eleitos nos países da região. Lanzaro (2006) chama esse fenômeno de *“tercera ola”*. Alguns autores consideram que podem ser observadas duas esquerdas na América Latina, uma mais alinhada à social democracia europeia (Brasil, Chile e Uruguai) e a outra mais afinada com o populismo (Bolívia, Venezuela) (Castañeda, 2006; Lanzaro, 2006 e 2007; Luna, 2007; Panizza, 2006; Weyland, 2009).

Ao deixar o governo em 2002, o PSDB apresentou um discurso mais esquerdista com o objetivo de conquistar o eleitorado que se identifica com essa posição e de se consolidar no centro-esquerda, todavia não logrou sucesso nesse ponto do espectro, uma vez que o lugar já estava ocupado pelo PT, que apesar de ter se aproximado do centro após assumir o executivo federal jamais esteve à direita do mediano do Congresso (Power e Zucco, 2009) e passou a ser considerado, pelos analistas que estudam as esquerdas latino-americanas, o partido brasileiro que se alinhava à social democracia europeia.

Apesar de ter se aproximado da direita, o PSDB sempre se afirmou como um partido social-democrata. Contudo, o partido se formou de maneira distinta dos partidos social-democratas europeus, e apresentou um comportamento mais pró-mercado, enquanto aqueles apresentaram um caráter mais voltado ao intervencionismo estatal e à promoção do bem estar social, mesmo frente aos desafios encontrados a partir do final da década de 1970.

Esse comportamento leva a pensar, então, qual o perfil ideológico do PSDB? Observando a literatura sobre o tema tende-se a acreditar que o partido se aproxima do que é chamado social-liberalismo.

O social-liberalismo é visto como uma síntese do liberalismo e da social democracia. Apesar de ter origem no liberalismo clássico, o social-liberalismo se aproxima da social democracia ao afirmar a importância da intervenção estatal na economia, na oferta de serviços de bem estar social, tais como saúde, educação, e participação regulatória nas atividades privadas (Bresser-Pereira, 2004). Ele se distingue do liberalismo de duas maneiras: o compromisso com a redistribuição e a crença na democracia. A idéia fundamental é que grandes concentrações de poder são ameaças à liberdade política. O social-liberalismo se opõe à forte desigualdade, à concentração de riqueza e defende a extensão e o fortalecimento da tomada de decisão democrática (Howard, 2007).

De acordo com Bresser-Pereira (2004), a principal diferença entre um estado social-democrata e um social-liberal está no posicionamento do Estado frente às questões de mercado e competição, o Estado social-liberal acredita na competição enquanto o social-democrata conta mais com o planejamento e com a cooperação que com a competição em si.


O social-liberalismo aceita o mercado como recurso de alocação, mas não aceita sua auto-regulação definido como o equilíbrio geral liberal (Howard, 2007), “somente o mercado livre não garante ambos: desenvolvimento econômico e justiça social” (Bresser-Pereira, 2004). Os adeptos dessa doutrina concordam que é necessário que haja uma reforma orientada para o mercado, mas esta não deve ser feita de forma radical, ela é necessária para corrigir as distorções causadas pelo excessivo crescimento do Estado e para eliminar sua interferência arbitrária na definição dos preços relativos.

Os social-liberais acreditam que a existência de direitos políticos formais não é suficiente para criar sociedades livres, para que haja liberdade é necessário que haja educação, para que os cidadãos possam exercer seus direitos democráticos e não se tornem vítimas de fraude política ou demagogia (Howard, 2007).

O estado social liberal não é um estado social-democrata burocrático, nem um estado neoliberal como o defendido pelos neoconservadores, ele é social porque continua a promover os direitos sociais e o desenvolvimento econômico e é liberal porque defende a liberdade individual e usa mais o mercado e menos controle administrativo (Bresser-Pereira, 2004).

Observando o comportamento do PSDB, especialmente no período em que esteve à frente do Executivo Federal, podemos observar sua proximidade com o social-liberalismo. O governo adotou medidas neoliberais, mas sem se inclinar totalmente ao neoliberalismo, ou seja, embora tenha dado continuidade ao processo de abertura da economia e ter apresentado uma postura pró-mercado, manteve a intervenção Estatal em setores prioritários, instituiu mecanismos regulatórios, que embora muitas vezes sem planejamento suficiente passaram a funcionar como intermediários entre os setores privado, estatal e o consumidor.

Além dessa aproximação na área econômica, o partido apresentou afinidades, também no que tange à manutenção de programas de bem-estar social. Embora não tenha logrado êxito na redução da desigualdade social, o governo do PSDB buscou implementar políticas para reduzi-la, por meio de políticas redistributivas e inserindo mecanismos que facilitassem o acesso e permanência de crianças e jovens à escola.

Como está destacado na proposta do partido, em documentos do período de sua fundação, o PSDB está entre o “Estado forte e autoritário” e o “automatismo do mercado”. Assim, considera-se que o partido não apresenta uma trajetória social democrata como prega, contudo, também não apresenta uma postura neoliberal, *strictu sensu*. Analisando seu posicionamento conclui-se que seu comportamento se aproxima muito mais do social-liberalismo que da social democracia ou do neoliberalismo. 

ANEXO – Siglas de partidos

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDC - Partido Democrata Cristão

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL- Partido da Frente Liberal (Atual DEM)

PL - Partido Liberal (atualmente fundido com o PRONA forma o PR)

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PPB- Partido Progressista Brasileiro (atual PP)

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

Bibliografía

- AMARAL, R. (1995) *FHC: Os paulistas no poder*. Rio de Janeiro: Caso Jorge Editorial.
- ANDERSON, P. e CAMILLER, P. (1996) *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- AYRES, A. (2002) *Mário Covas. O legado de uma repórter involuntária*. São Paulo: Global.
- BOIX, C. (1998) *Political Parties, Growth and Equality: Conservative e Social Democratic Strategies in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRASIL, Presidência da República. (1996) *Uma estratégia de Desenvolvimento Social*. Brasília. Disponível em <http://www.palnalto.gov.br/publica.htm>.
- BRESSER-PEREIRA, L. (2003) *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia, e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. 34.
- . (2004) *Democracy and Public Management Reform: building the republican state*. New York: Oxford University Press.
- CARREIRÃO, Y.; e KINZO, M. (2004) “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão eleitoral no Brasil”. In *Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 1, pp. 131 a 168.
- CASTAÑEDA, J. (2006) “Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, vol. 85, nº 3, maio/junho, pp. 28-43.
- COHN, A. (1999) “As Políticas Sociais no governo FHC”. In *Tempo Social, Rev. De Sociol. USP*. São Paulo, 11(2): 183-197.
- COUTO, C.; e ABRUCIO, F. (2003) “O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições”. In *Tempo Social*, nº 11, novembro.
- CRISTIANO, R. (2003) *De volta ao Começo! Raízes de um PSDB militante, que nasceu na oposição*. Brasília: Geração Editora.

- DRAIBE, S. (2003) “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. In *Tempo Social*. USP. Novembro.
- DUVERGER, M. (1980) *Os partidos Políticos*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990) *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- EVANS, P. (1998) *Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional Comparativa*. In Revista de Economia Contemporânea, nº 4, Jul-Dez.
- FURTADO, O. (1996) *Trajetos e perspectiva-social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil*. Dissertação (mestrado) - Campinas.
- GALLAGHER, M.; LAVER, M.; e MAIR, P. (1995) *Representative Government in modern Europe*. New York: McGraw-Hill.
- GARRETT, G. (1998) *Partisan Politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIAMBIAGI, F.; e ALÉM, A. (2001) *Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus.
- HOWARD, D. (2007) “What is social liberalism?”. In DUNCAN, Brack; RICHARD, S. Grayson and David HOWARTH (Eds.). *Reinventing the state: social Liberalism for the 21st century*. Politico’s Publishing.
- KINZO, M. (1993) Radiografia do quadro partidário Brasileiro. Série Pesquisas I, Konrad Adenauer Stiftung.
- KITSCHOLT, H. (1994) *The Transformation of European Social Democracy*. New York, Cambridge University Press.
- Lamounier, B.; e FIGUEIREDO, R. (orgs). (2002) *A era FHC: Um balanço*. São Paulo: Cultura Associados.
- Lamounier, B.; e MENEGUELLO, R. (1986) *Partidos Políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. SP: Brasiliense.
- LANZARO, J. (2007) “Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia – Uma tipologia para avanzar en el análisis comparado”. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano*, no 12, dezembro. Disponível em http://observatorio.iuperj.br/pdfs/40_analises_AC_n_12_dez_2007.pdf.
- LEONI, E. (2002) “Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). In *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº3. pp 361 a 386.
- LUNA, J. (2007) *The Rise of the Left and Latin American Party Systems*. Trabalho apresentado no workshop “Left Turns? Progressive Parties, Insurgent Movements, and Policy Alternatives in Latin America”, no Peter Wall Institute for Advanced Studies, UBC, Vancouver, de 27 a 30 de maio. Disponível em http://weblogs.elearning.ubc.ca/leftturns/Microsoft%20Word%20-%20Juan_Pablo_Luna_Paper.pdf
- MARQUES, J.; e FLEISCHER, D. (1999) *PSDB de facção a Partido. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seu desenvolvimento histórico, sua estrutura, programa e capacidades e suas perspectivas dentro do sistema partidário brasileiro (1987/1995)*. Brasília: Gráfica e editora Positiva.

- MICHEL, R. (1979) *Los partidos políticos*. Buenos Aires: Amorrortu.
- MONCLAIRE, S. (1989) “Le PSDB à ses Débuts: Propôs liminaires de Mário Covas, Pimenta da Veiga et Getúlio Hanashiro”. In *Cahiers du Centre D’études Politiques Bresiliennes*, n 2, février 1989.
- MOTTA, H. (2000) *Crise e Reforma do Estado Brasileiro*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- NASSIF, L. (2002) “Política Macroeconomia e ajuste fiscal”. In LAMOUNIER, Bolivar e Rubens FIGUEIREDO. 2002. *A era FHC: Um balanço*. São Paulo: Cultura Associados.
- OLIVEIRA, R. (2002) “Emprego”. In LAMOUNIER, Bolivar e Rubens FIGUEIREDO. *A era FHC: Um balanço*. São Paulo: Cultura Associados.
- PARNEBIANCO, Â. (2005) *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- POWER, T.; e ZUCCO, C. (2009) “Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005”. In *Latin American Research Review*, 44(1): 218–246.
- PRZEWORKI, A. (1985) *Capitalism and social democracy*. New York, Cambridge University Press.
- PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. (1994) *Mãos a obra: proposta de governo de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília, s/Ed.
- . (1998) *Avança Brasil: proposta de governo de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília, s/Ed.
- ROCHA, C. (2005) “Transição democrática, engajamento intelectual e reforma política”. Outra: Revista eletrônica de História, n° 2.
- RODRIGUES, L. (2002) *Partidos, Ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp.
- ROMA, C. (2002) *A institucionalização do PSDB* entre 1988 e 1999* *A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999*. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun, vol.17, n° 49, p.71-92.
- SALLUM Jr, B. (1995) “Transição Política e Crise de Estado”. In SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda M. (orgs.). *Lições da década de 80*. São Paulo: EDUSP. p 137-169.
- . 1999. “O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e Desenvolvimentismo”. In *Tempo Social*, 11(2).
- . 2003. “*Metamorfozes do Estado Brasileiro no final do século XX*”. In *Dados*, vol. 18, n° 52. p 35-55.
- SANTOS, F. dos. (2008) “Brazilian Democracy and Power of «Old» theories of Party Competition”. In *Brazilian Political Science Review*. Vol. 2(1). pp 57-76.
- . (2009) “Convergências e divergências entre o liberalismo e social-democracia”. In *Revista Liberdade e Cidadania*. Ano I – n. 3 –janeiro/março. p. 1-19.
- SINGER, A. (2000) *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SINGER, P. (2001) “Evolução da economia e vinculação internacional!” In SACHS, I.; WILHEIM, J. e Pinheiro, P. S. (Orgs) *Brasil Um Século de Transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 78 a 131.
- SOLA, L. (1993) *Estado, Mercado e Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- STIGLITZ, J. (2003) *Os Exuberantes anos 1990*. São Paulo: Companhia das Letras.

THÉRET, B. (1993) *O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação: De uma clivagem esquerda/direita a uma fratura entre o financeiro e o social: o caso francês*. Palestra proferida no 17º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-25 de outubro.

VASCONCELOS, M. e OUTROS. (1999) *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Editora Atlas, 3ª ed.

WEYLAND, K. (no prelo). “The rise of Latin America’s two lefts: Insights from rentier state theory”. *Comparative Politics*. Volume 41, Number 2, January 2009, pp. 145-164(20).

Fecha de recepción: 04/02/2011.

Fecha de aceptación: 20/05/2013.